

Entrevista com Carlos Augusto Marighella

Carlos Augusto Marighella nasceu no Rio de Janeiro em maio de 1948. Filho do militante Carlos Marighella, um dos mais conhecidos opositores ao regime militar, Carlos Augusto também defendeu, desde a juventude, como líder do Movimento Estudantil Estadual da Bahia, as liberdades democráticas no país. Preso pelo regime militar em 1975, teve seus direitos políticos cassados, sendo anistiado em 1979. Dedicou-se à reconstrução dos sindicatos da Petrobras e do Pólo Petroquímico de Camaçari e Candeias, além de ter sido um dos fundadores do Sindiquímica e dirigente da Central de Tratamento de Efluentes Líquidos S.A. - CETREL, empresa de proteção ambiental

do Pólo Industrial de Camaçari. Em 1983, foi eleito deputado estadual pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB. Formado em Direito pela Universidade Católica de Salvador, especializou-se em Direito Penal e em Direitos Humanos. Atualmente, é o representante da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Bahia no Comitê Estadual contra a Tortura do Estado da Bahia.

Acervo: *De família operária, Carlos Marighella ainda adolescente despertou para as lutas sociais. Aos 18 anos, iniciou curso de Engenharia na Escola Politécnica da Bahia e tornou-se militante do Partido Comunista. Qual foi a influência da família na formação política de seu pai?*

C.A. Marighella: Meu pai nasceu em Salvador, Bahia, em 1911, fruto do casamento entre Maria Rita, uma negra santamarense (região próxima da capital, com forte tradição de cultura negra) muito bonita, e, de Augusto, um operário imigrante italiano, que tinha grande domínio de técnicas pouco conhecidas na Bahia. Sobre ele, conta-se que, recém-chegado ao Brasil, montara uma grande oficina de reparos mecânicos e, durante a Segunda Guerra Mundial, recebera muitas encomendas para adaptar motores movidos a gasolina (combustível raro na época) para consumir gasogênio (combustível produzido artesanalmente) que meu avô também ensinava a fazer. Nascer na Bahia, naquela época, no seio de uma família tão heterogênea, fez muita diferença, e acredito que marcou fortemente meu pai e, embora não haja registro de militância, tudo indica que as convicções anarquistas de meu avô influenciaram muito o filho.

Acervo: *Se escolhermos dois marcos, o ano de 1929, quando ingressou no PC, e 1969, quando foi assassinado por forças da repressão do governo Garrastazu Médici, temos 40 anos de engajamento político marcado por prisões, torturas e, por fim, clandestinidade no próprio país. Nesta longa e difícil trajetória, Carlos Marighella não recuou na defesa de seus ideais. A que podemos atribuir tamanha tenacidade?*

C.A. Marighella: Meu pai vem de uma geração de lutadores (veja a bancada

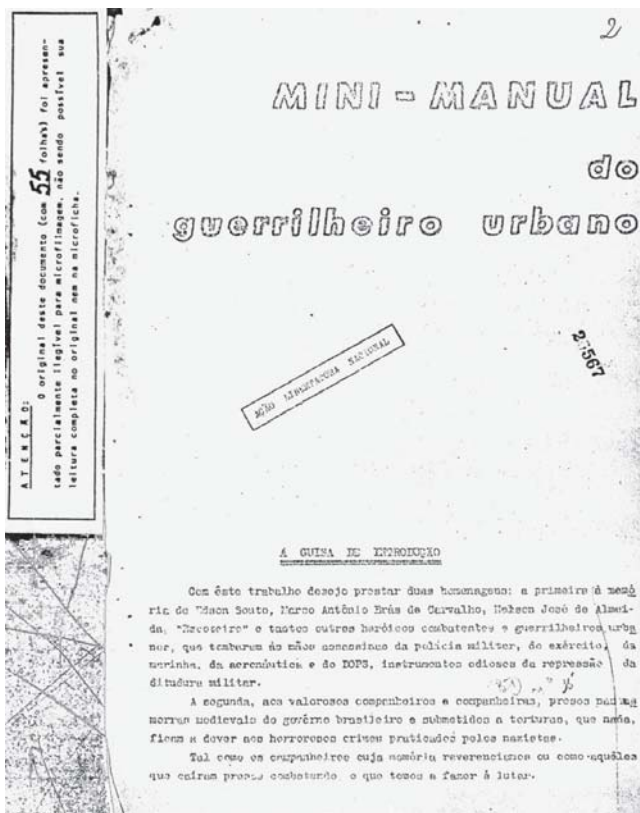
comunista da Constituição de 46 e as bancadas eleitas nos Estados), gente que teve formação política lapidada em circunstâncias extremamente difíceis (prisões, tortura, clandestinidade etc.). Essa geração foi obrigada a enfrentar, sem tréguas, décadas de ditadura e repressão, às claras como no período Vargas e na ditadura militar de 64, nem sempre tão claras, como foram os pequenos intervalos de suposta democracia formal racionada, quando os comunistas não podiam se candidatar ou registrar partido (em 1957, nossa casa foi invadida e depredada pelo DEOPS do Estado da Guanabara, por ordem do governador). Além das suas grandes qualidades morais e intelectuais, uma releitura mais atenta dos textos deixados por ele permite perceber que meu pai tinha total consciência dos riscos a que se expunha, e estava convencido que devia lutar e dar exemplo: ficou no Brasil em 64 para organizar a resistência ao golpe militar e, quando percebeu que a quartelada se impunha pela força desmedida, não hesitou em pregar a resistência através da luta armada. Duas singelas frases de sua autoria resumem a grandeza de seu pensamento e ação à época: “minha coragem decorre de minhas convicções” (...) “não quero ser mais do que um entre milhões de brasileiros que resistem”.

Acervo: *A historiografia tende a destacar o papel de Marighella na cisão do Partido Comunista, sua articulação na fundação da Aliança Libertadora Nacio-*

nal - ALN e na organização da luta armada no Brasil. O *Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano*, escrito por ele, tornou-o conhecido internacionalmente, sendo traduzido, na década de 1980, pela CIA para o inglês e o espanhol, e distribuído aos serviços de inteligência na América. Antes disso, versões em inglês e espanhol já circulavam entre militantes de organizações de esquerda na América Latina. Esta ênfase em sua biografia minimizou outros aspectos de sua atuação política?

C.A. Marighella: Décadas de militância, marcada por tantos fatos históricos, não podem ser analisadas episodicamente. Revendo a sua trajetória política, é pos-

sível assinalar, como traço comum de seus vários momentos, a luta pelas liberdades e a incessante oposição a todas as ditaduras, a de Vargas e a militar. Em 1944, no presídio de Fernando de Noronha, onde estava preso há anos, recusou-se a participar de uma solenidade na qual estariam presentes os fascistas que, ironicamente, lá estavam também presos, por ordem de Vargas, naquele momento alinhado aos países que combatiam os alemães na Segunda Guerra Mundial. Meu pai também se opunha à dominação que a ditadura nazista projetava para a humanidade, e pregava a liberdade e convivência pacífica entre os povos como marco das relações entre os



Capa do *Mini-Manual do guerrilheiro urbano*. 1969. Acervo SNI.

países. O rompimento com o PCB e a proposta de luta armada foi uma resposta política, adaptada àquele momento histórico, dirigido contra os militares golpistas que pretendiam fazer do Brasil um satélite econômico dos Estados Unidos. Meu pai era totalmente desprovido de pendor castrenses, diferentemente de Prestes e Lamarca, ambos militares, e, ao escrever o *Mini-Manual*, não pretendia a militarização das forças que atuavam contra a ditadura. Na verdade, a ideia básica tinha fins práticos, exclusivamente políticos, ou seja, preparar os jovens que se engajavam na luta para lidar com a repressão e a violência militar já instituídas. Anos antes, meu pai já havia escrito, sob a forma de um *Mini-Manual*, um documento denominado “Se

Fores Preso Camarada”, ensinando regras básicas de defesa organizativa em situações extremas. Muitas pessoas que enfrentaram o constrangimento e a humilhação que uma prisão política representava, sabem a importância desses ensinamentos práticos. O certo é que, atualmente, a cada dia, enquanto se levanta o véu de maldição de silêncio que recobre a imagem dos brasileiros e brasileiras que se opuseram ao obscurantismo da ditadura, ressurgem manifestações de reconhecimento à nobreza de sua luta e à importância de gente como ele para o país. O próprio presidente Lula, recentemente, no ato em homenagem ao marinheiro João Candido, no Rio de Janeiro, referiu-se a ao meu pai e também a Gregório Bezerra, fazendo



Carlos Marighella após sair da prisão em Ilha Grande. Rio de Janeiro, 1945.
Acervo pessoal de Carlos Augusto Marighella.

registro da injustiça praticada contra a sua memória.

Acervo: *No aspecto familiar, quais as lembranças que você tem de seu pai?*

C.A. Marighella: Nasci no ano em que foram cassados os mandatos dos representantes do Partido Comunista na Câmara; meu pai evaporou-se. Fui reencontrá-lo já com oito anos de idade. Só então tive uma certidão de nascimento. Hoje, consigo perceber a razão do sofrimento de minha mãe diante das cobranças sutis da professora da escola pública, onde estudava, pedindo meus documentos. Meu pai, como vejo, era um pai como muitos tantos, amigo, solícito, muito alegre, carinhoso e extremamente preocupado com o meu desempenho escolar. Dias muitos felizes passamos juntos.

Acervo: *O senhor foi dirigente do PCB na Bahia, quando foi preso em 1975. Quais as circunstâncias que levaram à sua prisão e à sua condenação a 24 meses de detenção?*

C.A. Marighella: Com a prisão de meu pai em 1964, minha vida no Rio tornou-se insustentável. A polícia invadiu o apartamento em que morávamos; Clara, a viúva de meu pai, sumiu; eu não tinha roupas, e os poucos familiares que tinha estavam muito assustados. Voltei para a Bahia e logo estava, com 17 anos, no Partido Comunista. Na Bahia, por influência do PCB, as lutas políticas contra a ditadura estavam mais centradas no mo-

vimento sindical, na mobilização de associações de profissionais liberais e na articulação parlamentar dentro do MDB. Artistas e intelectuais ajudaram muito, reorganizamos sindicatos, enquanto se ampliava uma frente política onde se discutia intensamente coisas como anistia e constituinte. Eu já havia sido baleado numa manifestação estudantil; assim que fui promovido na hierarquia do Partido Comunista, fui preso. Naquele momento, destroçada a oposição armada, com o general Geisel como presidente, a ordem do dia era a abertura lenta e gradual. Contudo, a transição pensada nos meios castrenses, com o apoio dos mangangões da economia nacional, não incluía os comunistas. Resultado: em julho de 1975, só na Bahia, 300 pessoas presas, 42 levadas para um centro de tortura montado às pressas num quartel em construção numa área afastada de Salvador. Muito espancamento e choques elétricos, comandados pessoalmente pelo coronel Ustra. Posteriormente, 14 pessoas, inclusive eu, fomos submetidos a um simulacro de julgamento e condenados por violação da lei de segurança nacional. Não dá para esquecer.

Acervo: *Após sair da prisão, o senhor atuou junto ao movimento sindical, sendo um dos fundadores do Sindicato dos Operários do Pólo Petroquímico e deputado estadual de 1983 a 1987. Atualmente, é um militante da área de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil. Você poderia falar um pouco da sua vida política?*

C.A. Marighella: Fui para o Pólo Petroquímico por opção política. Os jovens comunistas do PCB eram incentivados a trocar a universidade pelo trabalho na indústria e, assim, ajudar a reorganizar os sindicatos. Cheguei a trabalhar na Petrobras e, embora tivesse sido demitido por pura perseguição - meu nome constava de uma lista de pessoas “contra-indicadas” organizada pelo DIVIN, uma espécie de SNI interno da Petrobras, dirigida pelo coronel Silvio Dantas na Bahia e pelo general Carvalho no Rio de Janeiro, aprendi muito, profissionalmente, o suficiente para poder trabalhar em outras empresas. De fato, participei ativamente do movimento de fundação dos sindicatos operários (outras pessoas, inclusive do PCB, também participaram) e só estive afastado desse movimento durante o período de minha prisão. Iniciado o processo de redemocratização, fui eleito deputado estadual, e só muito tempo depois pude voltar à universidade e concluir meus estudos na faculdade de direito.

Acervo: *Dentro do debate sobre a abertura dos arquivos dos órgãos de repressão dos governos militares e, em face do que está sendo desenvolvido em países vizinhos que tiveram uma experiência autoritária de governo, como o senhor vê a atual política brasileira de acesso às informações nos conjuntos documentais já abertos ao público? É necessária uma reforma na legislação existente?*

C.A. Marighella: Infelizmente, injunções políticas marcaram negativa-

mente a redemocratização do país. Todo o processo de transição, incluindo a Lei de Anistia, padece do mesmo vício: foram impostas unilateralmente, com o claro objetivo de proteger os interesses do governo militar e seus apoiadores, lógica que nem mesmo a Constituição de 1988 conseguiu reverter. Embora isso possa corresponder, no âmbito interno, a uma eventual correlação de forças políticas ainda predominante, parece existir um conflito com os acordos internacionais firmados pelo Brasil, no contexto de um efetivo compromisso com os direitos humanos, que determina, para esses casos, rigorosa apuração dos fatos, responsabilização dos agentes violadores e medidas de reparação moral e financeira para os atingidos. A demora na abertura dos arquivos deste período é sintomática: já se passaram 30 anos da Lei de Anistia e 20 anos de promulgação da Constituição; porém, inexplicavelmente, muitas famílias ainda aguardam ansiosas por notícias de pessoas desaparecidas, enquanto torturadores conhecidos circulam desafiadoramente. No particular, penso que a lei de acesso às informações deveria ser objeto de completa revisão, para garantir à sociedade, como um todo, o efetivo direito à memória e à verdade. Aliás, toda a legislação relacionada com o processo de transição deveria ser revista, objetivando um consenso institucional sobre a responsabilização dos agentes públicos envolvidos com tortura e outros crimes imprescritíveis, sobre a abertura dos ar-

quívos da ditadura e a localização dos desaparecidos, inaugurando-se uma fase de efetivo diálogo com familiares, ex-presos e atingidos pelos atos repressivos.

Acervo: *Em novembro de 2009, far-se-á 40 anos do assassinato de Marighella; há algum evento planejado para lembrar aos brasileiros a história de seu pai?*

C.A. Marighella: Quando foi noticiado o assassinato de meu pai, em 4 de novembro de 1969, fomos procurados (eu e meus tios) pelo Comando Militar do Exército na Bahia e desaconselhados a viajar para São Paulo. Na operação que resultou na morte dele – diziam – foram feridos e mortos alguns policiais, pode-

ria haver represálias. Decidimos, a despeito das ameaças, prestar-lhe esta homenagem; entretanto, isso apenas precipitou o sepultamento, feito às pressas sem a presença da família. Quando chegamos, no dia seguinte, apenas dois jornalistas estavam nos aguardando no cemitério. Desde então, diversos atos marcam esta data. Em 1979, com o advento da anistia, já com a presença de Clara, que viveu em Cuba por muitos anos, foram transladados os restos mortais de meu pai para a Bahia: no túmulo uma campa de concreto projetada por Oscar Niemeyer com a inscrição: NÃO TIVE TEMPO PARA TER MEDO. Nos anos seguintes, sessões solenes na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa de



Ficha DEOPS/RJ. Acervo pessoal de Carlos Augusto Marighella.

São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia, além de atos culturais e exposições, que reuniram artistas e políticos. Jorge Amado, em dos seus livros, faz publicar um comovente e respeitoso testemunho da amizade que os uniu em vida. Falta, entretanto, um ato público oficial que expresse o reconhecimento histórico. Neste ano, nossa atenção está voltada para a realização de uma exposição documen-

tal e fotográfica, atualizada com documentos inéditos, colocados à disposição da família, bem como a produção de um vídeo documentário direcionado, principalmente, ao público jovem.

Salvador (BA), 20 de fevereiro de 2009.

**Entrevista concedida a Vivien Ishaq.
Colaborou Pablo E. Franco.**